

PENÉLOPE

FAZER E DESFAZER A HISTÓRIA

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL — Nº 13 • 1994

DIRECTOR
A. M. HESPAÑA

REDACÇÃO

Álvaro Ferreira da Silva (FE-UNL); Amélia Aguiar Andrade (FCSH-UNL); António Costa Pinto (CEHCP-ISCSTE); António M. Hespanha (ICS); Bernardo Vasconcelos e Sousa (FCSH-UNL); Carlos Fabião (FLL); Fernando Rosas (FCSH-UNL); Helder A. Fonseca (UE); José Manuel Sobral (ICS); Luís Krus (FCSH-UNL); Luís Ramalhosa Guerreiro; Mafalda Soares da Cunha (UE); Maria Alexandre Lousada (FLL); Nuno Gonçalo Monteiro (ICS); Nuno Severiano Teixeira (UE/UCP); Rui Ramos (ICS); Valentim Alexandre (ICS); Vítor Serrão (FLUC); Secretária da Redacção: Dulce Freire

Propriedade do título: Cooperativa Penélope. Fazer e Desfazer a História
Subsídios à Redacção da J.N.I.C.T. e S.E.C.

Os originais recebidos, mesmo quando solicitados, não serão devolvidos.

Edição apoiada por *Lisboa 94, Capital Europeia da Cultura*

© Edições Cosmos e Cooperativa Penélope

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor

Impressão e acabamentos: Edições Cosmos

Maio de 1994
Depósito Legal: 49152/91
ISSN 0871-7486
ISBN 972-8081-42-1

Difusão

LIVRARIA ARCO-ÍRIS
Av. Júlio Dinis, 6-A Lojas 23 e 30 - P 1000 Lisboa
Telefone: 795 51 40
Telefax: 796 97 13

EDIÇÕES COSMOS

Rua da Emenda, 111-1ª - P 1200 Lisboa
Serviços Comerciais: Av. Júlio Dinis, 6C-4ª D
Telefone: 795 51 40 • Telefax: 796 97 13

Um Espaço Urbano em Expansão. Da Lisboa de Quinhentos à Lisboa do Século XX

Teresa Rodrigues

F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa

Nas páginas seguintes tentaremos efectuar um ponto de situação sobre as formas e ritmos de evolução plurissecular da cidade de Lisboa, cabeça macrocéfala do reino, capital de um império que enfrenta vicissitudes várias nestas quatro centúrias.

Esta grande cidade à escala europeia deixará de ocupar, já no século XVIII, o lugar de destaque que desde cedo conquistara a nível internacional. Mais que enunciar as causas que o provocaram e que se sucederam e inter cruzaram, procuraremos traçar as grandes linhas do crescimento populacional urbano, bem como as razões de foro estritamente demográfico que para tanto se complementaram.

As informações disponíveis sobre o montante a que ascendem nas várias épocas os residentes na cidade enfermam de múltiplas limitações de tipo qualitativo, que se reflectem no tipo de valores adiantados, bem como nas fontes a utilizar. Com efeito, se a principal dificuldade para datas anteriores ao século XVIII é a escassez dos números, cresce na fase pré-estatística que antecede o censo de 1864 a necessidade de proceder a uma crítica cuidadosa dos numerosos e díspares quantitativos atribuídos à população urbana. Em seguida os dados tornam-se mais fidedignos, o que não impede falhas na qualidade das séries existentes, mas que, sem dúvida, permitem extrair conclusões de maior rigor. No entanto, é fácil traçar em termos globais a evolução plurissecular do número de residentes na capital do reino a partir da Época Moderna, embora os primeiros valores adiantados devam ser encarados como meras ordens de grandeza.

— O Volume Populacional

Em finais do século XV a população nacional aumenta. Lisboa e Santarém continuam a ser os dois grandes centros urbanos da Estremadura, mas entre ambas já não há comparação possível. Na primeira surgem novos bairros a ocidente e a norte, enquanto desaparecem na área já urbanizada os espaços verdes, substituídos por uma construção em altura.

Estes indícios de crescimento humano e físico serão comprovados pelo numeramento de 1527-1532. Nessa data, a distribuição populacional mantinha as linhas gerais de povoamento herdadas da Idade Média e Lisboa, de longe a maior das 17 cidades arroladas, constitui de facto a única realidade urbana significativa a nível

Quadro 1

A População da Cidade de Lisboa. Efectivos Estimados

Anos	População	Anos	População
Séc. XIII	[+ 5000]	1878	240740
1415	[55000]	1890	300964
1527-32	[70000]	1900	351210
1551	112830	1911	431738
3 ^a q. séc. XVI	[120000]	1920	484664
1620	143608	1925	529524
1639-40	[170000]	1930	591939
1755	191052	1940	694389
1801	169506	1950	783226
1815	163651	1960	802230
1840	154861	1970	760150
1853	166539	1981	807937
1857	169078	1989	681063
1864	190311		

européu. Tanto mais que o acréscimo populacional português ao longo dos séculos XV, XVI e mesmo XVII se efectua com assimetrias internas, que privilegiam os núcleos urbanos, mesmo os mais reduzidos, em detrimento das áreas rurais, fenómeno causado pela intensificação das migrações internas para zonas mais férteis ou economicamente mais atractivas.

Principal beneficiária neste processo, Lisboa continuou durante o século XVI e seguinte a crescer a um ritmo superior ao de qualquer outra cidade peninsular, atingindo 165 mil almas em 1620, contra as 120 mil de Sevilha. Menor que Paris, Londres ou Nápoles, tratava-se de uma cidade enorme para o tamanho do reino, possuidora de um número de efectivos semelhante ao atribuído a Veneza e Amsterdão. Em Portugal, por ordem de grandeza, seguiam-se as cidades do Porto, Coimbra, Évora e Elvas, que no primeiro quartel de Seiscentos ainda não atingiam as 20 mil almas. Não existiam centros urbanos de dimensão média, o que constituía um desequilíbrio de graves consequências. No entanto, depois da fase de hipertrofia de Lisboa, que coincidiu com a época áurea da rota do Cabo, esboça-se um movimento que favorece as cidades portuárias da província, sobretudo no Norte e Centro do País¹.

De facto, a macrocefalia que se acentuara durante parte do século XVII tende a esbater-se no período setecentista, à medida que outras cidades se afirmam, designadamente o Porto, que quase duplica. Por seu turno, a capital, que acompanha a recessão geral nas primeiras décadas de Setecentos, cresce depois, embora o processo se veja entravado pelas baixas provocadas pelo terramoto de 1755. Uma vez repostos os efectivos perdidos, voltará a aumentar nos últimos 20 anos da centúria.

O numeramento de 1801 retrata a nova distribuição das gentes portuguesas ao iniciar-se o século. Existem então 22 cidades em Portugal, embora só oito contem mais de dez mil habitantes e apenas Lisboa e Porto possuam mais de 20 mil. Ao todo cerca de um décimo da população. Os resultados permitem vislumbrar as características essenciais do que será o urbanismo português dos séculos XIX e XX. Ele define-se por um contraste vincado entre o Norte e o Sul, este último com uma estrutura urbana significativa mesmo sem contar Lisboa, e ainda pela dicotomia entre a orla litoral e o interior, onde só a Covilhã e Castelo Branco ultrapassam os cinco mil residentes. Com efeito, no final de Setecentos reforça-se a vida urbana na orla costeira e prosperam as concentrações urbanas no Alto Alentejo e Algarve, impondo-se uma vez mais a cidade de Lisboa, que dinamiza outras localidades marítimas em torno, e o Porto².

A proporção de residentes em aglomerados urbanos é média em termos europeus e a capital está entre as dez cidades europeias com mais de 150 mil habitantes. Continuam inexistentes as urbes de dimensões intermédias e a vida cidadina é suportada e em grande parte dependente das actividades agrícolas, debilidade estrutural que irá entravar o ritmo possível de crescimento da maioria delas. Esta realidade não será alterada até ao último quartel do século XIX e nesse momento o desfasamento em relação à Europa é já muito grande. No entanto, ele não deixará de aumentar, apesar dos ritmos de crescimento da população portuguesa serem, em certos períodos, superiores ao de outros estados europeus.

Sintetiza-se no Quadro 2 a distribuição relativa dos efectivos no continente nos vários distritos a partir de 1837, uma vez que não existe correspondência com as divisões administrativas em datas anteriores. Os resultados corroboram tendências de crescimento regional diferenciado e testemunham as pequenas alterações sofridas ao longo de quase um século, com destaque para o aumento do peso relativo dos distritos de Lisboa e Porto. Em 1837 neles residem 23,1% dos portugueses, contra mais de 26% em 1900. Trata-se de um fenómeno contínuo liderado por Lisboa, de forma cada vez mais inequívoca e progressivamente acelerada.

De facto, acentua-se durante a segunda metade de Oitocentos a macrocefalia do distrito de Lisboa. Mas este processo não é homogéneo a toda a superfície e, tal como noutros distritos, efectua-se à custa de desigualdades de crescimento interno.

O aumento da população portuguesa privilegiou as áreas urbanas (que no seu conjunto crescem 55% na segunda metade de XIX) em relação às rurais (com uma variação percentual de apenas 22%) (Quadro 3). Mas os resultados escondem uma diversidade de situações que importa analisar. A confirmar a média nacional, a esmagadora maioria dos distritos têm acréscimos superiores nas zonas urbanas, exceptuando Évora e Faro. Em Castelo Branco, Viana e Viseu o território cresce uniformemente. Ao invés, a taxa de variação apresenta resultados muito elevados no que respeita à população urbana de Aveiro, Leiria e Santarém, zonas internamente activas e também próximas da influência dos distritos do Porto e Lisboa, que lideram o processo de desenvolvimento nacional e quase duplicam em menos de 40 anos.

Quadro 2
População Recenseada nos Distritos do Continente (1837-1900) (%)

Distritos	1837	1850	1864	1878	1890	1900
Aveiro	6,9	7,0	6,4	6,2	6,2	6,0
Beja	3,2	3,5	3,5	3,4	3,4	3,2
Braga	8,9	8,6	8,1	7,7	7,3	7,1
Bragança	3,8	3,6	4,1	4,1	3,9	3,7
C. Branco	4,0	4,0	4,2	4,2	4,3	4,3
Coimbra	7,3	7,4	7,0	7,0	6,8	6,7
Évora	2,5	2,4	2,6	2,6	2,5	2,5
Faro	3,9	4,1	4,5	4,8	4,9	5,1
Guarda	6,0	5,6	5,5	5,5	5,4	5,2
Leiria	3,8	4,0	4,5	4,6	4,7	4,8
Lisboa	12,5	13,1	11,4	12,0	13,1	14,1
Portalegre	2,5	2,3	2,5	2,4	2,4	2,5
Porto	10,6	10,6	10,7	11,1	11,7	12,0
Santarém	4,4	4,5	5,1	5,3	5,5	5,6
V. Castelo	5,4	5,4	5,1	4,8	4,4	4,3
Vila Real	5,4	5,3	5,6	5,4	5,1	4,9
Viseu	8,9	8,6	9,2	8,9	8,4	8,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Com efeito, o processo de urbanização oitocentista surge intimamente ligado a aspectos sócio-económicos, traduzidos em fenómenos tão diversos como as migrações, a industrialização, as actividades portuárias ou o regime de propriedade e aproveitamento do solo. O futuro das localidades variou com a carga positiva ou negativa dada pela interinfluência desses múltiplos factores.

Os resultados espelham a atracção exercida por Lisboa, Porto e orla litoral. O processo foi lento em Portugal e ao iniciar-se o século XIX poucos eram os núcleos que poderíamos considerar urbanos. O próprio conceito foi sofrendo alterações, embora resultasse do duplo critério numérico e funcional, o primeiro dependente do tempo, o segundo do desenvolvimento económico e das condições de existência³. Na segunda metade de Oitocentos o limiar numérico da cidade situava-se em dez mil habitantes. Mas, por 1850-1870 eram considerados urbanos concelhos com 2,5 a três mil habitantes.

Em 1864, a cidade de Lisboa conta 190 mil residentes, o Porto cerca de 80 mil, cinco cidades registam uma população da ordem dos 10 a 20 mil, outros 12 núcleos têm entre quatro e 10 mil habitantes. Em 19 aglomerados vivem 11% dos portugueses, 5,5% dos quais em Lisboa. Esta escassa urbanização, polarizada entre Lisboa

Quadro 3

Taxa de Variação da População Rural e Urbana, por distritos (1864-1900) (%)

Distritos	Pop. Urbana	Pop. Rural
Aveiro	47	22
Beja	26	15
Braga	30	13
Bragança	29	15
C. Branco	36	36
Coimbra	31	22
Évora	23	35
Faro	44	51
Guarda	39	23
Leiria	48	36
Lisboa	95	18
Portalegre	40	21
Porto	86	28
Santarém	48	43
V. Castelo	9	10
Vila Real	28	12
Viseu	15	14
Total	55	22

Fonte: IV^o Recenseamento Geral da População, vol. I, p. 114.

e Porto, pouco se alterara desde o princípio da centúria e indicia o desfasamento de Portugal no contexto europeu. Apesar da recuperação em finais de Oitocentos este continua a ser mais um país de vilas e grandes aldeias do que de verdadeiras cidades.

As razões que explicam as diferenças interdistritais aplicam-se também aos concelhos que os compõem, como se pode observar tomando como exemplo o distrito de Lisboa. No Quadro 4 apresenta-se a relação entre o peso percentual das superfícies concelhias e o da população residente. O coeficiente de localização obtém-se subtraindo a percentagem da superfície à dos efectivos. Segundo este critério, as áreas atractivas apresentam resultados positivos, a que correspondem densidades de ocupação do solo igualmente superiores⁴.

Destaca-se claramente o concelho de Lisboa e os resultados positivos confinam-se com poucas excepções às áreas próximas da cidade, espaços que alguns consideram pertencentes à aglomeração de Lisboa⁵. Os processos de industrialização e a proximidade da capital são os factores explicativos imediatos dominantes neste cenário. Vejamos, finalmente, como cresce e quais as características da evolução da maior cidade nacional durante o século XIX.

Quadro 4

Coefficiente de Localização dos Concelhos do Distrito de Lisboa (1864-1900)

Concelhos	População residente (%)				Coefficiente localização			
	1864	1878	1890	1900	1864	1878	1890	1900
Alcácer do Sal	1,6	1,8	1,6	1,4	-17,2	-17,0	-17,2	-16,9
Alcochete	1,0	0,9	0,8	0,9	-0,4	-0,5	-0,6	-0,2
Aldeia Galega	1,4	1,4	1,5	1,5	-4,1	-4,1	-4,0	-3,2
Alenquer	3,9	3,9	3,7	3,5	-0,6	-0,6	-0,8	-0,5
Almada	2,3	2,5	2,2	2,3	1,2	1,4	1,1	1,3
Arr. dos Vinhos	2,1	1,9	1,1	0,8	0,7	0,5	-0,3	-0,2
Azambuja	1,7	1,8	1,7	1,6	-1,5	-1,4	-1,5	-1,6
Barreiro	1,0	1,0	0,9	1,1	0,6	0,6	0,5	0,6
Cadaval	1,6	1,6	1,6	1,5	-1,1	-1,1	-1,1	-0,6
Cascais	1,4	1,3	1,3	1,4	0,3	0,2	0,2	0,2
Grândola	1,2	0,9	0,8	1,1	-10,6	-10,9	-10,0	-6,3
Lisboa	49,2	49,3	49,2	50,2	48,1	48,2	48,1	49,1
Loures			3,0	3,1			-0,4	0,7
Lourinhã	1,6	1,8	1,8	1,7	-0,9	-0,7	-0,7	-0,4
Mafra	5,0	4,3	4,0	3,6	1,0	0,3	0,0	-0,1
Moita	1,0	1,0	0,9	0,8	0,4	0,4	0,3	0,2
Oeiras	1,4	1,4	1,6	1,5	0,5	0,5	0,7	0,6
S. Tiago Cacém	2,4	3,4	3,1	2,7	-10,5	-9,5	-9,8	-16,5
Seixal	1,2	1,1	0,9	1,0	0,0	-0,1	-0,3	-0,1
Sesimbra	1,3	1,3	1,4	1,3	0,8	0,8	0,9	-1,3
Setúbal	4,9	5,0	4,9	5,1	-3,1	-3,0	-3,1	-3,6
Sintra	4,6	4,3	3,7	3,7	0,0	-0,3	-0,9	-0,4
Torres Vedras	5,5	5,5	5,3	5,1	0,5	0,5	0,3	0,1
V. Franca de Xira	2,7	2,5	2,3	2,3	-0,1	-0,3	-0,5	-1,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	104,2	102,9	103,3	105,7

Fonte: I a IV^o Recenseamentos da População...

Ao iniciar-se Oitocentos, Lisboa contava um pouco menos de 170 mil habitantes, distribuídos por cerca de 44 mil fogos; em 1900, essa relação fixava-se em 351 e 78 mil, respectivamente. O crescimento global fora de 107% quanto ao total de residentes e 78% quanto ao número de fogos. Trata-se de um aumento médio, embora ligeiramente superior ao verificado em Portugal nessa centúria, estimado em 72%⁶. De qualquer forma, estas conclusões devem ser mediatizadas pelas alterações introduzidas nos limites urbanos a partir de 1852.

Para minorar os erros na comparação de espaços diversos, decidimos considerar apenas os anos em que possuímos informações a nível paroquial. A partir do número

de fogos e almas arrolados nas várias freguesias em dez anos dispersos traçámos novas linhas de evolução dos dois tipos de indicadores, utilizando apenas as 38 freguesias que permaneceram ligadas à cidade ao longo de todo o século XIX⁷ (Quadro 5).

No que respeita ao número total de fogos, registam-se poucas flutuações e as duas linhas quase coincidem, excepto nos dois últimos recenseamentos, altura em que Lisboa recebera jurisdição sobre 12 pequenas freguesias do termo rural. Ainda assim, as diferenças nunca ultrapassam os quatro milhares.

Quadro 5

Número de Fogos e Almas Recenseados em Lisboa (1801-1900)

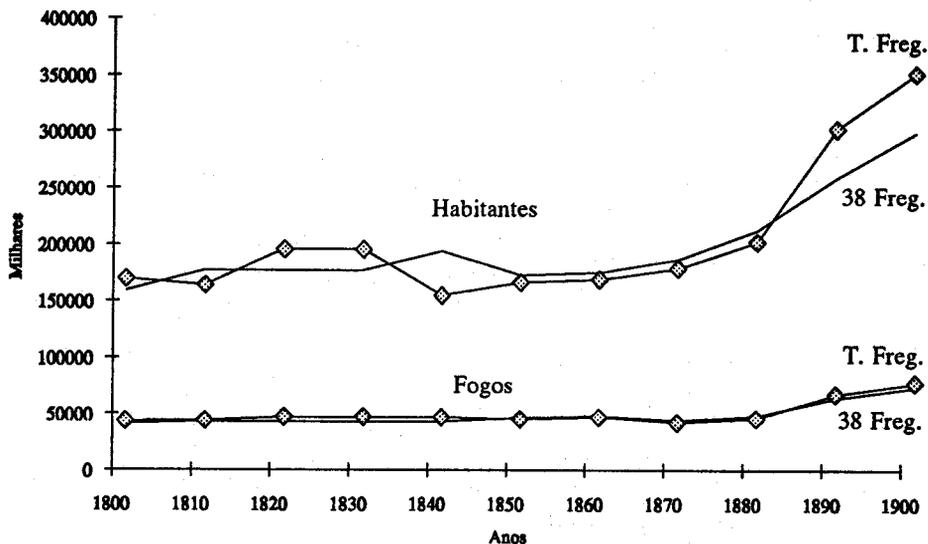
Anos	Fogos		População	
	Total	38 Freg.	Total	38 Freg.
1801	43.526	40.997	169.506	159.392
1815	44.055	---	163.651	---
1821	46.933	42.733	195.630	177.080
1840	46.690	42.892	154.861	193.667
1853	44.864	46.332	166.539	172.835
1857	46.668	48.239	169.078	175.349
1864	42.180	43.993	178.936	186.578
1878	45.749	48.163	202.048	212.246
1890	67.623	63.593	301.643	258.335
1900	77.805	73.821	350.919	298.314

A situação é diversa quando consideramos os residentes, mas as discrepâncias resultam na sua maioria de alterações administrativas causadas pela incorporação temporária de certas freguesias periféricas. O facto justifica a nossa opção metodológica de considerar como núcleo básico do presente estudo a evolução das 38 freguesias. Por um lado criamos um espaço único e comparável ao longo do século, por outro será sempre possível remeter para os dados paroquiais e reter as manchas territoriais de comportamento homogéneo entre si, embora distinto no todo cidadão.

A evolução populacional de Lisboa reflecte as várias conjunturas por que passou a cidade durante a centúria e acompanha as tendências de crescimento do reino, embora o seu poder de atracção demográfica tenha possibilitado uma recuperação mais rápida a partir do momento em que foram criadas condições de estabilidade política e sobretudo económica.

Efectivamente, nas linhas desenhadas no Gráfico 1 é nítido o contraste entre a primeira metade do século, que em termos reais se estende até 1857, curiosamente coincidindo com o último grande surto epidémico ocorrido na capital, a que sucede uma subida moderada, embora progressivamente mais rápida até 1878. A partir desse ano, a cidade cresce a um ritmo acelerado.

Gráfico 1
Evolução do Número Total de Fogos e População Existente
na Cidade de Lisboa (1800-1900)



As fases que assinalámos pouco diferem, consideremos ou não todas as freguesias pertencentes a Lisboa. Por outro lado, só na segunda parte do século XIX se verifica um substancial aumento do número de fogos. Em pouco mais de duas décadas o acréscimo é de 70%, embora suplantado pelo da população (para o mesmo período, a taxa de variação desta última sobe a 74%). Existem no entanto diferenças locais, resultantes de distintas realidades sócio-económicas e também urbanísticas. De facto, as linhas de tendência que traçámos definem um todo que inclui cambiantes vários.

No Quadro 6 apresentam-se as variações do número de fogos e almas registados nas freguesias urbanas entre 1801 e 1900. A análise comparativa dos valores estimados suscita alguns reparos quanto às diferentes formas de utilizar o solo, sendo maiores as diferenças quanto à ocupação humana que quanto ao crescimento físico urbano.

Existem zonas fisicamente saturadas, onde o número de fogos estabiliza durante grande parte do século. São disso exemplo os bairros populares, nos quais o número de residentes não deixa de aumentar, com o consequente agravamento das condições de existência. Em simultâneo terciarizam-se certas áreas, onde decresce ou estagna o número de efectivos, desta feita motivado pelo abandono de zonas outrora residenciais, como a Baixa Pombalina.

Noutros pontos da cidade assiste-se a um crescimento paralelo de fogos e almas, permitido ou fomentado pela constante chegada de imigrantes e pela possibilidade de colmatar os espaços vazios ainda existentes. Por fim, existem áreas em franca

ESTUDOS

Quadro 6

Varição do Número de Fogos e Almas nas Freguesias de Lisboa no Século XIX (%)

Freguesias	Fogos	Almas	Freguesias	Fogos	Almas
Castelo	24,1	152,7	Encarnação	13,8	8,2
Santiago	38,8	104,8	S. José	29,7	59,3
S. Miguel	0,4	36,9	Pena	42,1	81,9
Stº Estevão	36,6	46,7	Cor. Jesus	98,8	136,5
S. Vicente	69,8	127,4	S. Mamede	45,4	65,5
Stº André	99,7	66,5	Mercês	38,5	65,4
Stª Engrácia	108,7	98,2	Anjos	113,5	156,1
Socorro	29,4	64,3	Arroios	605,7	499,4
S. Cristovão	55,7	92,1	S. Seb. Pedr.	208,5	288,9
Sé	35,0	38,5	Stª Catarina	40,7	29,5
Madalena	2,1	-11,1	S. Paulo	57,4	40,4
S. Julião	1,7	-39,4	Santos	59,7	97,8
Conceição	-3,3	-7,4	Lapa	57,8	65,7
S. Nicolau	12,7	0,2	Stª Isabel	47,2	197,8
Mártires	49,4	-8,4	Alcântara	184,5	256,1
Sacramento	34,1	39,5			
Stª Justa	24,2	27,2	Total	75,9	76,6

Fonte: V. Quadro 1.

urbanização, apoiada em custos reduzidos de construção, dada a abundância de terrenos semi-incultos. Trata-se de zonas afastadas do centro, onde residem os trabalhadores não especializados, que vêm engrossar as fileiras do operariado sobretudo a partir dos anos 70.

O Quadro 7 corrobora os diferentes crescimentos observados entre fogos e habitantes por paróquia, cuja representação gráfica (Mapa 1) permite desenhar dois anéis imperfeitos a partir do centro. Existe uma correlação positiva entre o ritmo de aumento do número de fogos e o do número de habitantes por paróquia⁸.

Conforme podemos verificar, os totais são relativamente estáveis, excepto em períodos conjunturais adversos. Quando analisados à escala paroquial os valores de 1853 e 1857 apresentam um desequilíbrio entre os dois sexos, pelo qual parece responsável a má qualidade das fontes, que provoca a descida do número médio de habitantes por fogo.

Assim, a dimensão média dos últimos oscila entre um mínimo de 3,8 almas ao iniciar-se a centúria e 4,5 a partir de 1890 (Quadro 8). Considerando apenas as freguesias urbanas, os resultados fixam-se, respectivamente, em 3,9 e 4,0. Deste

Quadro 7

Taxas de Variação do Total de Fogos e Habitantes em Lisboa (1801-1900)

Tx. Var. (%)	Fogos		Habitantes	
	Tot.	%	Tot.	%
-25	8	25,0	6	18,8
25 - 50	12	27,5	7	21,9
50 - 100	7	21,9	10	31,2
100 +	5	15,6	9	28,1
Total	32	100,0	32	100,0

Nota: consideraram-se os totais das 38 freguesias tal como se apresentam em 1900.

modo, no final de XIX são as freguesias do termo próximo que determinam os resultados gerais. A estrutura interna dos fogos urbanos tende a privilegiar núcleos de dimensão reduzida, como transparece nos casos apresentados, embora sujeita a diferenças internas palpáveis consoante os níveis sócio-económicos dos residentes⁹.

Quadro 8

Dimensão Média dos Fogos da Cidade de Lisboa (1801-1900)

Ano	Total	Freg. Urb.
1801	3,8	3,9
1821	3,8	4,1
1853	3,7	3,7
1857	3,6	3,6
1864	4,2	4,2
1878	4,5	4,1
1900	4,5	4,0

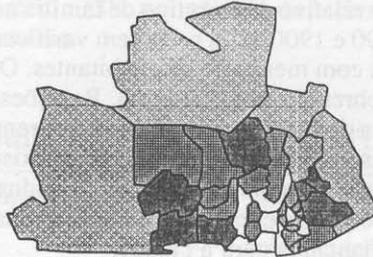
Nota: os valores não incluem a população sujeita a arrolamento próprio.

Com efeito, a dimensão média depende do modo de utilizar o espaço, nomeadamente por neles estarem sediadas determinadas instituições ou por predominarem certas actividades económicas. Referimo-nos, a título de exemplo, às distorções introduzidas em freguesias onde se situavam quartéis, como as do Castelo e da Graça, ou conventos, à semelhança de São Vicente, São Tomé, Sé e outras.

Factores de ordem económica vêm também influir nos resultados. Atente-se no fenómeno da criadagem, que explica as médias relativamente elevadas que encontra-

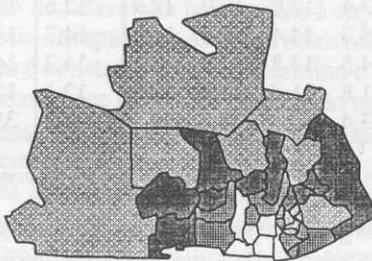
Mapa 1
Taxas de Variação do Número Total de Fogos e Habitações
da Cidade de Lisboa (1801-1900) (%)

A — Fogos



0 1Km

B — Habitantes



0 1Km



mos nas áreas onde habitam as camadas sociais mais abastadas. Este aspecto é assinalável na Baixa, embora tenda a diluir-se nos últimos anos do século, na sequência das mudanças aí verificadas. Outro grupo a considerar é o dos aprendizes, com peso relativo nos bairros votados ao artesanato e pequeno comércio.

Assim, o número de fogos de pequenas dimensões aumenta à medida que desce-mos a escala social, excepto nas freguesias semi-rurais periféricas, que apresentam valores quase sempre superiores à média, independentemente do tipo de residentes que albergam.

Conhecemos o peso relativo de cada tipo de família nos quatro bairros que compunham a capital em 1890 e 1900. Eles permitem verificar que apenas uma pequena camada vive em núcleos com menos de três habitantes. O fenómeno acentua-se nas freguesias populares (sobretudo no 1º Bairro). Relações especiais entre vizinhos, reflexos da sobrevivência de noções comunitárias que remontam à origem (naturalidade) rural dessas gentes explicam tais formas de coexistência.

Pelo contrário, as zonas rurais ou em vias de industrialização apresentam as maiores percentagens de fogos com mais de seis habitantes, sendo responsáveis pelos valores médios adiantados para a cidade.

Quadro 9

Effectivos Populacionais Recenseados pelos Vários Tipos de Família (1890, 1900) (%)

Nº Hab.	1890					1900				
	Cidade	1ºB	2ºB	3ºB	4ºB	Cidade	1ºB	2ºB	3ºB	4ºB
1 pes.	1,9	2,2	2,0	2,0	1,4	1,6	1,6	1,8	1,5	1,4
2 pes.	8,3	9,0	8,2	7,8	8,1	7,7	8,1	7,3	7,3	7,9
3 pes.	12,8	13,4	12,8	12,0	12,9	12,6	12,5	13,3	11,7	12,9
4 pes.	14,8	15,7	14,4	13,9	14,8	14,7	14,8	15,2	14,1	14,7
5 pes.	14,0	14,5	13,8	13,2	14,1	14,2	14,7	13,4	13,3	14,6
6 pes.	12,1	11,8	11,8	12,5	12,4	12,4	12,6	11,9	12,1	12,8
7+ pes.	36,1	33,4	36,9	38,6	36,3	36,8	35,7	37,2	40,0	35,7

Fonte: III e IV Recenseamentos Gerais da população.

Assim, o crescimento geral da população traduziu-se, sobretudo na última metade do século, no aumento do número de almas por fogo, motivado por duas causas que se desenvolvem em sentidos diversos e aparentemente opostos. Por um lado, ele derivou da ligeira subida verificada na esperança de vida e da menor ocorrência de crises de mortalidade, mesmo nas zonas mais pobres; por outro, reflecte a degradação das condições de existência, ao generalizar a coabitação de um número cada vez mais elevado de seres em cada núcleo habitacional.

Com efeito, assiste-se neste século ao esbater das diferenças inicialmente vincadas quanto às formas de vivência nas diferentes zonas da cidade (Quadro 10).

As mutações mais significativas ocorrem na parte final de Oitocentos, quando o gradual aumento da população implica um peso crescente dos fogos com mais de cinco habitantes, já assinalável em 1864. De cerca de 11% em 1801 passam então a representar um quarto do total, decrescendo os restantes tipos, sobretudo os de dimensão média próxima dos quatro habitantes. Entre 1864 e 1900, a percentagem de núcleos com menos de quatro residentes diminui substancialmente até um mínimo de 2% em 1900. Fenómeno semelhante ocorre no escalão superior. De facto, os grupos extremos esvaziam-se em favor do que conta entre quatro e cinco ocupantes. Ao terminar o século XIX, a população de Lisboa vive esmagadoramente em núcleos de dimensão média.

Quadro 10
Número Médio de Habitantes por Fogo (1801-1900)

Almas/fogo	1801	1864	1900
- 4	42,8	38,2	1,7
4 - 5	46,5	36,7	83,4
5 +	10,7	25,1	14,9
Total	100,0	100,0	100,0

Nota: só foram incluídas as freguesias urbanas.

— Os Ritmos e Direcções do Crescimento Populacional

Os dados anteriores espelham indirectamente as formas de evolução demográfica da cidade, corroboradas pelo Quadro 11, onde se apresenta a dimensão média das freguesias que em cada ano de referência pertenciam à capital. Em 1801, o número médio de almas por freguesia ultrapassava as 4200, aumentando um milhar até 1835. A partir de 1857 o aumento é constante e quando termina o século o número de residentes nas áreas consideradas quase duplicara em relação ao valor inicial. Situava-se agora nos 8,4 mil habitantes em média, sendo a taxa de variação global observada entre 1801 e 1900 da ordem dos 97%.

Com efeito, os valores censitários testemunham o aumento geral dos efectivos nas paróquias, promovendo sucessivas alterações no intervalo correspondente a cada unidade administrativa, embora coadjuvado por alterações sancionadas pelas autoridades, inclusivamente no que respeita à extinção de várias freguesias de pequenas dimensões. Assim, numa fase inicial em que cerca de metade das mesmas não excedia as três mil almas e apenas duas (Santa Isabel e Santos) contavam mais de dez mil habitantes, os pesos relativos de cada grupo sofrem mudanças sucessivas.

À data do primeiro recenseamento moderno em 1864, Santos e Santa Isabel continuam a ser as áreas administrativas mais populosas. O centro fora deveras penalizado durante a primeira metade de Oitocentos, pela cadência de acontecimen-

Quadro 11
Extensão Média das Freguesias da Cidade (1801-1900)

Hab.	1801	1819	1835	1853	1857	1864	1878	1890	1900
- 1000	2	1	0	0	1	0	0	2	1
1 - 3000	14	16	16	16	13	7	5	9	8
3 - 6000	12	10	12	8	9	13	13	13	9
6 - 10000	10	10	7	7	8	10	11	11	9
10000 +	2	3	5	4	3	6	9	9	15
Total	40	40	40	35	34	32	32	44	42

tos adversos, nomeadamente surtos de cólera e febre amarela de 1856 e 1857. No relatório publicado por alturas da última epidemia refere-se terem muitas famílias decidido abandonar o centro da cidade, retirando-se para zonas periféricas mais salubres. Sete anos volvidos o núcleo antigo de povoamento ainda não recuperara a população perdida nesses anos.

Diferentes se revelam os resultados divulgados em 1878. O crescimento global privilegiara as freguesias onde tem lugar o arranque industrial, como sejam Santa Engrácia, Santos, Santa Isabel, Alcântara e ainda Anjos e Santa Catarina. Em 1890, a inclusão das áreas rurais do termo provoca novo aumento dos dois escalões inferiores, a que se contrapõe um maior número de paróquias com mais de seis mil efectivos.

Entre esse ano e o final do século, o crescimento espectacular da capital leva ao esvaziamento de todos os intervalos em benefício do último. De facto, mesmo o termo cresce sensivelmente. Em 1900, cerca de 36% das paróquias têm dez mil ou mais habitantes, Alcântara e Santos ultrapassam as 20 mil almas e Santa Isabel as 31 mil. Assim, dois terços dos lisboetas habitam freguesias de grandes dimensões e/ou muito populosas. Algumas dessas freguesias têm mais residentes que certas vilas portuguesas suas contemporâneas¹⁰.

As observações anteriores introduzem a questão das tendências e diferentes ritmos de crescimento populacional da cidade. De acordo com os resultados divulgados¹¹, Lisboa cresce no seu conjunto ao ritmo anual de 0,59% quanto ao número de fogos existentes, e 0,62% no que respeita aos efectivos humanos. Se nos limitarmos às freguesias urbanas, os valores rondam 0,54 e 0,64%, respectivamente. No entanto, as taxas de crescimento anual médio escondem os diferentes ritmos da evolução oitocentista, leitura agravada pelas já mencionadas alterações de superfície.

Remetendo para as taxas globais (Quadro 12), note-se a lentidão do crescimento urbano, que só na segunda metade de Oitocentos ultrapassa 0,50%, com uma fase negativa nos anos 30. O ritmo acentua-se a partir dessa data, mesmo quando consideramos apenas as 38 freguesias. Ao compararmos os totais gerais de fogos e almas com os destas paróquias, verifica-se que a evolução destas últimas se processa

ESTUDOS

Quadro 12

Taxas de Crescimento Anual Médio dos Fogos e População da Cidade de Lisboa (1801-1900) (%)

Períodos	Fogos		Habitantes	
	Total	38 freg.	Total	38 freg.
1801-21	0,40	0,21	0,26	0,53
1821-35	0,12	0,13	0,36	0,47
1835-40	-0,35	-0,28	-0,56	-0,25
1840-57	0,50	0,69	-1,22	-0,58
1857-78	-0,09	-0,01	0,88	0,91
1878-90	3,31	2,34	3,15	1,65
1890-1900	1,41	1,50	1,52	1,45
1801-1900	0,59	0,54	0,62	0,64

segundo ritmos idênticos embora nem sempre coincidentes, tal como são diversas as intensidades registadas no seio de cada indicador.

As flutuações são menores na zona mais urbanizada, independentemente do sentido positivo ou negativo em que se efectuam. Também é inferior o ritmo de crescimento do número de fogos. A saturação física dos bairros centrais não é um fenómeno original deste período, mas obriga a que qualquer aumento tenha de ser feito ou em altura ou pelo acréscimo do número médio de habitantes por fogo. Esta segunda hipótese é tanto mais provável quanto maior e mais rápido o aumento populacional, atingindo níveis gravosos ao terminar a centúria. Das situações de precariedade daí resultantes restam inúmeros relatos coevos¹².

Em termos gerais, o crescimento progressivamente acelerado do número de habitações equivale à densificação do espaço, cujos sinais mais evidentes se podem encontrar nas taxas de variação do volume de efectivos. De facto, as fases ou tendências que compõem a evolução de fogos e almas coincidem quase sempre.

O cálculo das taxas de crescimento anual médio de cada freguesia permite verificar as diferenças internas nos subperíodos considerados. Assim, no primeiro quartel de XIX, o declínio da parte nobre e economicamente mais abastada da cidade denota o ambiente geral de crise, ainda não recuperada quando começam as perturbações causadas pelas lutas liberais. No entanto, e apesar da guerra ou talvez por causa dela, entre 1821 e 1835 há mais gente no centro antigo, inclusive na Baixa. Quase todos os bairros que nos primeiros anos da centúria tinham aumentado (sobretudo zonas populares), tendem agora a estabilizar ou mesmo regredir.

Os resultados posteriores (até 1857) reflectem as vicissitudes por que passou a cidade, com destaque para sucessivos anos de crises de mortalidade, de virulência

por vezes acentuada, como foram os já mencionados surtos de cólera de 1833 e 1856 e o de febre amarela, em 1857. Apesar disso, a população cresce nas zonas mais ricas, que só no último caso foram tão penalizadas como as restantes áreas. Entre 1857 e 1864 decorre uma fase de crescimento regular, especialmente visível nos bairros ocupados por gente de recursos médios ou superiores. Deste fenómeno é excluída a Baixa, que começa a deixar de ser uma zona residencial.

Finalmente, de 1864 a 1900 verifica-se uma fase longa de crescimento, durante a qual se destaca um centro comercial e funcional que decresce (Baixa); zonas de radicação da indústria, que aumentam quase geometricamente (periferia, sobretudo ao longo do Tejo); um acréscimo regular sustentado das restantes, que também depende do grau de ocupação do solo (algumas freguesias urbanas estão completamente saturadas). Nestas últimas, o aumento populacional torna-se uma questão de possibilidade física, mais que humana.

Outro sinal evidente do processo interno de crescimento, tal como o acabámos de definir, é dado pelas densidades de povoamento calculadas para cada freguesia ao longo do século XIX. Efectivamente, a distribuição espacial de uma população reflecte e condiciona as formas de desenvolvimento urbano e, sobretudo, as condições em que este tem lugar. Numa perspectiva mais alargada, os valores da densidade espelham, nas sociedades pré-modernas, as condições de sobrevivência dos seus residentes, embora os resultados devam ser olhados com precaução, por poderem esconder sob o mesmo valor modos distintos de viver o espaço¹³.

Em termos distritais, Lisboa manifesta uma densidade bastante superior à média nacional, embora inferior à registada nos distritos do Porto e Braga. As densidades estimadas para o continente sobem de 32,8 hab./km², em 1801, para 44,4 em 1864, atingindo 60,1 hab./km² ao terminar o século¹⁴. Mas o distrito é marcado por profundas desigualdades internas, sendo o concelho a que pertence a capital que determina o valor geral obtido. Em 1890, a densidade de povoamento distrital era de 87 hab./km², valor idêntico dez anos depois. Nas mesmas datas, o concelho atinge, respectivamente, 3774 e 4159 hab./km²¹⁵.

Na capital assinalam-se também diferenças acentuadas, quer ao longo da centúria quer no espaço. A densidade urbana regista aumentos progressivos, passando de 48 hab./ha em 1801 até um máximo de 76 em 1878. Os recenseamentos subsequentes apresentam as médias de 38 e 42 hab./ha, sendo este resultado influenciado pela inclusão das áreas rurais do termo, pelo que não deve ser comparado aos anteriores. Considerando exclusivamente a superfície urbana observa-se uma evolução contínua das densidades, que quase duplicam ao longo de Oitocentos (de 70 a 130 hab./ha, entre 1801 e 1900).

Na realidade, a tendência positiva apresentada nos valores do Quadro 13 reflecte o acréscimo da cidade, que se efectua prioritariamente no colmatar dos espaços vazios que persistem por toda a Lisboa, excepto no núcleo antigo. A distribuição geográfica pouco se afasta da forma já delineada em séculos anteriores, ou mesmo em relação a outras cidades suas contemporâneas, como a do Porto¹⁶.

ESTUDOS

Quadro 13
Densidade Populacional em Lisboa (1801-1900)

Anos	Total	38 freg.
1801	48	70
1821	51	77
1840	51	85
1853	62	76
1857	63	77
1864	67	82
1878	76	93
1890	38	113
1900	42	130

Efectivamente, não parece existir uma relação directa e/ou proporcional entre as áreas estimadas¹⁷ e o número de indivíduos aí residentes. Pelo contrário, às maiores superfícies correspondem normalmente menores índices de concentração. O Mapa 2, elaborado de acordo com os valores do Quadro 14, comprova o esbater gradual da dicotomia existente entre o centro intensamente povoado e os bairros que lhe são periféricos.

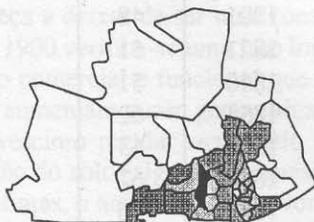
Quadro 14
Densidade Populacional das Freguesias de Lisboa (1801-1900)

Hab/ha	Total						38 Freguesias					
	1801		1864		1900		1801		1864		1900	
	T	%	T	%	T	%	T	%	T	%	T	%
-100	13	32,5	8	25,0	11	26,2	11	28,9	8	25,0	0	0,0
1-300	16	40,0	13	40,6	17	40,5	16	42,1	13	40,6	17	54,8
3-600	10	25,0	10	31,3	10	23,8	10	26,4	10	31,3	10	32,3
600 +	1	2,5	1	3,1	4	9,5	1	2,6	1	3,1	4	12,9
Total	40		32		42		38		32		31	

Este fenómeno resulta do recuo das densidades inferiores a cem habitantes. O aumento da concentração populacional na primeira metade do século privilegia a parte oriental da cidade (bairro administrativo de Alfama). Formam-se duas manchas de povoamento intenso, que sofrem alargamentos sucessivos até 1900. Durante a centúria esbatem-se as diferenças internas nas formas de viver a cidade, que passam pelo

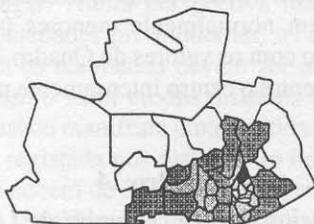
Mapa 2
Densidade de Povoamento nas Freguesias de Lisboa (1801-1900)

A — 1801



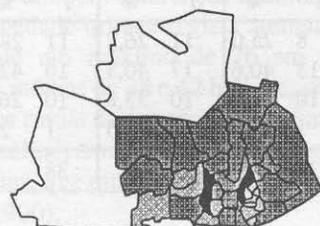
0 1km
|

B — 1864



0 1km
|

C — 1900



0 1km
|

□ -- 100

▒ - 100 - 300

▓ - 300 - 600

■ - 600 +

esforço de criação de bairros novos na periferia. Assim, a contagem dos residentes em cada freguesia nos vários censos permite detectar a redistribuição das populações no interior da cidade.

Do crescimento reduzido observado até meados de Oitocentos resulta que os bairros com densidades inferiores a cem habitantes sejam os mesmos em 1801 e em 1864, formando um anel imperfeito em torno das restantes freguesias. Até 1900 este núcleo desaparecera, se exceptuarmos Alcântara e São Sebastião da Pedreira.

Por seu turno, só no final de Oitocentos se evidenciam os espaços com densidades populacionais superiores a 600 hab./ha, que geograficamente correspondem aos bairros populares da Mouraria e Bairro Alto. Os valores médios encontram-se no núcleo definido pela Cerca Moura e algumas freguesias da Baixa Pombalina, em zonas semiperiféricas, como a Pena e os Anjos (até meados da centúria) e também em áreas próximas do rio, mas afastadas do eixo funcional.

Em termos gerais, podemos afirmar que em 1801 as densidades mais fortes se situam na Mouraria, em Santa Catarina e em Alfama, estendendo-se a algumas freguesias ribeirinhas e da Baixa. Em 1864 evidenciam-se dois núcleos definidos pelos bairros de Alfama e Bairro Alto. Até 1900 esta mancha alarga-se, afirmando-se dois pólos mais afastados em rápida expansão: a freguesia dos Anjos, a oriente, e Santos, a ocidente, junto ao Tejo.

No sentido de apurar numa perspectiva diversa o comportamento diferencial das várias paróquias, estimámos o Índice de Concentração entre as datas-limite do presente estudo (Quadro 15). Este foi elaborado com base na diferença entre as taxas de variação do número total de fogos e do número de indivíduos registados em cada freguesia e permite comparar o ritmo global de crescimento dos dois indicadores. O aumento equivalente seria dado pelo valor zero. Os resultados de sinal positivo significam mais população em menos casas; os de sinal negativo, menos residentes em maior número de fogos¹⁸.

Assim, os valores evidenciam as áreas de ocupação já saturadas em 1801 e que desde o século XVI apresentam as maiores densidades. Segue-se outro grupo, que inclui freguesias onde o povoamento é intenso, possível pela existência de espaços libertos de construções. Finalmente, observa-se noutras partes um crescimento muito rápido, a que nem sempre é estranho o desenvolvimento industrial.

Globalmente, o índice permite assinalar as zonas de densificação do solo ao longo deste século XIX. Popularizam-se certas freguesias do centro, degrada-se o nível de vida nos bairros de Alfama, Santa Isabel, Alcântara, Santos, São Sebastião, enquanto se esvazia a Baixa. Os resultados obtidos no termo para as mesmas datas, permitem delinear os dois eixos de crescimento da cidade «fora de portas», que prepara a futura evolução da capital no século XX¹⁹: Olivais, a oriente, Campo Grande e Lumiar, para norte.

Quando a cidade não cresce fisicamente, fá-lo à custa do preenchimento de espaços vazios. As «extensas barreiras da Lei de 1886 permitiram que o crescimento urbano se fizesse no interior da área previamente definida, pelo alastramento de

Quadro 15
Índice de Concentração Verificado nas Freguesias de Lisboa (1801-1900)

Freguesias	Fogos	População	Índ. Concent.
Castelo	24,1	152,7	128,6
Santiago	38,8	104,8	66,0
S. Miguel	3,7	29,8	26,1
Stº Estevão	36,6	46,7	10,1
S. Vicente	69,8	127,4	57,6
Stº André	99,7	66,5	-33,2
Stª Engrácia	108,7	98,2	-10,5
Socorro	29,4	64,3	34,9
S. Cristovão	55,7	92,1	36,4
Sé	35,0	38,5	3,5
Madalena	2,1	-11,1	-13,2
S. Julião	17,1	-39,4	-56,5
Conceição	-3,3	-7,4	4,1
S. Nicolau	12,7	0,2	-12,5
Mártires	49,4	-8,4	-57,8
Sacramento	34,1	39,5	5,4
Stª Justa	24,2	27,2	3,0
Encarnação	13,8	8,2	-5,6
S. José	29,7	59,3	29,6
Pena	42,1	81,9	39,8
Cor. Jesus	98,8	136,5	37,7
S. Mamede	45,4	65,5	20,1
Mercês	38,5	65,4	26,9
Anjos	113,5	156,1	42,6
Arroios	605,7	499,4	-106,3
S. S. Pedr.	208,5	288,9	80,4
Stª Catarina	40,7	29,5	-11,2
S. Paulo	57,4	40,4	-17,0
Santos	59,7	97,8	38,1
Lapa	57,8	65,7	7,9
Stª Isabel	47,2	197,8	150,6
Alcântara	184,5	256,1	71,6

novos bairros em zonas de campos e quintas e ainda pela elevação dos prédios existentes em áreas já urbanizadas, com a quase sempre conseqüente degradação das condições de existência para uma massa humana de menores recursos, muita da qual recém-chegada». Este será um processo de médio prazo, que se arrasta para lá da I Grande Guerra e que podemos também definir, em termos humanos e não só, como uma fase de relativa ruralização²⁰.

Semelhante tendência manter-se-á, acentuando-se, ao longo do nosso século, como parecem provar estudos baseados nas variações dos efectivos recenseados nas várias zonas em que se subdivide a capital²¹.

Porém, a multiplicidade interna não impede a vigência de algumas regras básicas de crescimento. Nelas se incluem a tripartição do espaço, de acordo com o tempo em que se realizou o preenchimento humano dos diferentes bairros. Este aspecto é alterado pontualmente por mudanças funcionais na utilização do solo, cujo exemplo mais evidente é a terciarização da Baixa Pombalina a partir da segunda metade do século XIX e o crescimento acelerado de todas as áreas periféricas com menores densidades.

Por outro lado, o futuro de cada mancha territorial permaneceu em muito dependente das infra-estruturas básicas que foram surgindo. Referimo-nos em concreto aos eixos da rede viária interna, que ditaram a curto e médio prazo as hipóteses de crescimento das diferentes áreas. Os sucessivos traçados, que só muito tarde surgem acompanhados de políticas de urbanização estatal e da imprescindível rede de transportes colectivos, permitiram aos residentes urbanos continuarem a crescer, mesmo quando para tanto foi necessário incorporar *de facto* novos espaços periféricos, só posteriormente sancionados. As alterações administrativas de 1919 e 1959 foram exemplo dessa política.

¹ Cf. V. Magalhães Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 4ª ed., Lisboa, Arcádia, 1980, pp. 38 e segs., e Teresa Rodrigues, «As Estruturas Populacionais», in *História de Portugal*, dirig. por José Mattoso, vol. III, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, pp. 219-235.

² Fernando de Sousa, *A População Portuguesa nos inícios do Século XIX*, tese polic., Fac. Letras/Univ. Porto, Porto, pp. 125 e segs.

³ V. Magalhães Godinho, *ob. cit.*, pp. 26-33.

⁴ A. S. Lopes, *Desenvolvimento Regional. Problemática, teoria, modelos*, Lisboa, F. C. Gulbenkian, vol. I, 1980, pp. 54-67.

⁵ Vítor Matias Ferreira, *A Cidade de Lisboa: de capital do Império a centro da Metrópole*, p. 221.

⁶ Teresa Rodrigues, *Lisboa no Século XIX. Dinâmica Populacional e Crises de Mortalidade*, tese polic., FCSH-UNL, Lisboa, 1993, p. 23.

⁷ *Idem*, pp. 40-49 e 120.

⁸ A partir da ordenação das freguesias segundo as taxas de variação observadas no número total de fogos e habitantes entre 1801 e 1900, verificamos o grau de associação das duas variáveis nas 38 freguesias urbanas através do coeficiente de correlação de Spearman:

$$r_s = 1 - \frac{6 \sum D^2}{N(N^2 - 1)}$$

em que D = desvios entre as ordens

N = número de observações

No nosso caso:

PENÉLOPE - FAZER E DESFAZER A HISTÓRIA

$$rs = 1 - \frac{6 (1262)}{32 (1024 - 1)}$$

$$rs = 1 - 0,231305 \quad rs = +0,76123$$

Para testarmos o significado dos resultados servimo-nos de uma tabela em que os Graus de Liberdade são iguais a N, ou seja o número de observações. Neste caso (N = 32) a tabela admite um resultado de 0,364 a 5% de erro, e 0,478 a 1% de erro.

Logo, o coeficiente de correlação é significativo a 1% de erro, ou seja, existe de facto uma associação significativa entre o aumento do número de fogos e o dos residentes nas várias freguesias urbanas.

(V. Manuel Nazareth, *Introdução aos Métodos Quantitativos em Ciências Sociais e Humanas*, FCSH-UNL, Lisboa, 1980, pp. 68-70).

- 9 Estudos realizados comprovam esta tendência global. Francisco Ximenez Chacón (*Historia de la familia española: el ejemplo de Murcia y Orihuela*, p. 247) aponta para Múrcia a média de 3,4 habitantes por fogo em 1810 e 3,5 em 1829. Em Orihuela, estes resultados eram de 3,0 e 3,5, respectivamente. Ao confrontar os resultados com outras cidades europeias, o autor conclui que nos centros urbanos predomina a estrutura familiar simples e a família nuclear desde o século XVII. Na primeira metade do século, dificuldades várias fazem aumentar o seu peso e alterar a respectiva composição interna, reflectindo a adaptação a novas condições económicas e políticas. A concentração nos escalões 1 a 4 hab./fogo corresponde sempre a mais de 75% do total.
- 10 Veja-se, entre outros, João Evangelista, *Um Século de População Portuguesa (1864-1960)*, Lisboa, INE, 1971, pp. 177 e segs.

- 11 A taxa de crescimento anual médio de uma população calcula-se através da seguinte fórmula:

$$\log \frac{P_n}{P_0} = n \log (1 + a)$$

em que P_0 = população no momento inicial a ;

P_n = população no momento final n ;

n = diferença entre o ano de início e o de chegada

(J. M. Nazareth, *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Lisboa, Ed. Presença, 1988, pp. 164-166).

- 12 Vejam-se as conclusões obtidas a este propósito para os séculos XVI e XVII (Teresa Rodrigues, *Crises de Mortalidade em Lisboa no Século XVI*, Lisboa, Liv. Horizonte, 1991, pp. 58-60). Referimo-nos a testemunhos literários, como os do cronista de Lisboa, Júlio César Machado, *A Vida em Lisboa*, Eça de Queirós, em *A Capital ou A Cidade e as Serras*, sem esquecer toda a obra de Cesário Verde. Considerem-se ainda os relatórios dos governadores civis, as actas de vereação camarária, as revistas médicas, entre muitas outras possíveis.
- 13 O cálculo da densidade populacional consiste na divisão do total de habitantes existentes em determinada unidade de análise pela superfície dessa mesma unidade (normalmente expressa em km² ou ha):

$$\frac{\text{Total habitantes}}{\text{Superfície}}$$

(J. M. Nazareth, *Princípios e Métodos de Análise...*, p. 167).

- 14 Teresa Rodrigues, *Lisboa no Século XIX. Dinâmica Populacional...*, pp. 25-27.
- 15 *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, vol. I, pp. 38-39 e *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905, vol. I, p. 40.

ESTUDOS

- ¹⁶ Teresa Rodrigues, *Crises de Mortalidade em Lisboa...*, pp. 60-64, e «Dinâmica Populacional da Cidade do Porto em Finais do Século XIX», comunicação apresentada em 1989 no Congresso «O Porto na Época Contemporânea» (no prelo).
- ¹⁷ Valores aproximados, que resultam da confrontação das superfícies divulgadas pela Carta Administrativa dos Serviços Geográficos e a leitura efectuada com a utilização de um amperímetro pelos responsáveis do Departamento de Geografia e Planeamento Regional (FCSH-UNL).
- ¹⁸ Seguimos a metodologia proposta por A. S. Lopes, *ob. cit.*, vol. 1, pp. 54-67, adaptando-a aos presentes dados.

¹⁹

Freguesias	Fogo	Pop.	Ind.Conc.
Olivais	171,2	201,3	30,1
Ameixoeira	15,2	8,9	-6,3
Benfica	-7,8	14,2	20,6
C. Grande	82,8	63,4	-19,4
Carnide	16,2	43,7	27,5
Charneca	16,1	44,8	28,7
Lumiar	47,3	38,1	-9,2
Beato	362,4	394,3	31,9
Aj./Belém	152,2	196,3	-44,1

- Sobre estas questões cf. Vítor Matias Ferreira, *ob. cit.*
- ²⁰ A. H. de Oliveira Marques, *História da 1ª República Portuguesa. As Estruturas de Base*, Lisboa, Inic. Ed., s/d.
- ²¹ Vítor Matias Ferreira, *ob. cit.*, e Ana Santos e Françoise Royer Cruz, «Dynamique populationnelle et croissance urbaine. Analyse de la ville de Lisbonne à partir des derniers recensements» (no prelo).